

Saulo promete a lei a militar

BRASÍLIA — O consultor geral da República, Saulo Ramos, disse ontem que julgará os processos referentes ao aumento dos militares “à luz da lei e do Direito, doa a quem doer”. Mesmo sem adiantar seu parecer sobre a questão, Saulo Ramos deixou transparecer que a pretendida equiparação de salários dos militares aos dos ministros do Superior Tribunal Militar não possui sustentação: “Qual é o cargo equivalente ao de almirante-de-esquadra dentro do STM?”, indagou, e logo respondeu: “Os juizes militares do STM são magistrados e recebem como tal”. O consultor geral da República conversou com jornalistas na Base Aérea de Brasília, onde participou de uma cerimônia militar.

Saulo Ramos disse ainda que a isonomia pretendida pelos militares não está prevista na Constituição, no artigo 37, inciso XII, onde está escrito que “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder

Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo”. Por um fato simples, observou: as funções não se equiparam.

ERRO

Para o consultor, o erro já começa no nome, pois “isonomia”, conforme definiu, “é a igualdade de todos perante a lei e o tratamento igual para os iguais, e desigual a partir do momento em que eles se desiguam”.

Corrigido então o tema e informando que ainda vai se debruçar sobre a análise do processo de “equiparação” salarial pretendida pelos militares, Saulo Ramos disse que pode “até errar”, mas julgará “com a independência que caracteriza a milenar ciência jurídica”. E assegurou: “Nem o presidente da República, em momento algum, me pediu que fizesse um parecer assim ou assado”.

AERONÁUTICA

O ministro da Aeronáutica,

brigadeiro Moreira Lima, disse em entrevista que não vai estimular, em hipótese alguma, a entrada de recursos de seu pessoal na Justiça, em busca da equiparação salarial. “Este é um pretensão direito, que merece uma análise jurídica. Não vamos incentivar, mesmo porque militar não tem de recorrer, pois achamos que deve manter-se dentro do princípio ético do governo de contenção de gastos.”

Moreira Lima disse estar atento para que a situação financeira do militar não se degrade, mas acha que toda as forças devem cooperar com o esforço do governo, principalmente porque a legislação que trata da equiparação “está confusa”.

Para o ministro, a imprensa é que está fazendo “um cavalo de batalha” sobre a questão. Ele considera desnecessário o desgaste dos militares. “Mesmo porque a grande massa de requerimento encaminhados aos ministros é do pessoal da reserva”, disse.